

SAÚDE MENTAL

Desafios da Prevenção, Diagnóstico, Tratamento e
Cuidado na Sociedade Moderna

Edição XXX

Capítulo 43

INFLUÊNCIA DO CAPACITISMO, IDADISMO E EXCLUSÃO SOCIAL NA OCORRÊNCIA DE DEPRESSÃO EM IDOSOS COM DEFICIÊNCIA

JÚLIA NATALY DINIZ SILVA¹

SUIANNY JAMILLY GUIMARÃES SILVA²

TAIRINE VAZ MOURA²

SARA MARIA AURÉLIA SILVA²

ANA CECÍLIA DE FIGUEIREDO BARRETO AMORIM²

JULIANA BEATRIZ SANTOS SANTIAGO³

¹Discente - Bacharelada em Psicologia pela Universidade Maurício de Nassau.

²Psicóloga - Bacharel em Psicologia pela Universidade Maurício de Nassau.

³Orientadora - Bacharel em Psicologia pela Universidade Maurício de Nassau.

Palavras-chave: Capacitismo; Idadismo; Depressão; Deficiência; Idosos.

DOI:

10.59290/6227202190

P EDITORA
PASTEUR

INTRODUÇÃO

De acordo com os resultados do Censo Demográfico 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% na população brasileira em 12 anos. Em 2022, essa faixa etária correspondia a aproximadamente 22,2 milhões de pessoas (10,9% da população), em comparação aos 14 milhões (7,4%) registrados em 2010. Embora o curso da vida seja compreendido pelas fases de nascer, crescer, envelhecer e morrer, cada etapa é permeada por subjetividades, aprendizados e construções emocionais distintas. Nesse cenário, o envelhecer impõe desafios que transcendem o aspecto biológico, visto que a renúncia a hábitos que foram praticados durante anos é frequentemente potencializada pelo idadismo, fenômeno que estigmatiza o processo de envelhecimento.

O idadismo ou etarismo configura-se como a estruturação de estereótipos, preconceitos e atitudes discriminatórias direcionadas a indivíduos com base estritamente em sua idade avançada. Nesse contexto, a longevidade, que deveria representar um acúmulo de experiência, é frequentemente reduzida a uma condição de custo e ineficiência. Esse cenário se agrava quando o envelhecimento está associado à deficiência, configurando uma condição de maior vulnerabilidade social. Essa visão estigmatizada abre caminho para o capacitismo, definido como a discriminação que categoriza sujeitos a partir da conformidade de seus corpos a um padrão idealizado de capacidade funcional (CONSTANT *et al.*, 2024).

Segundo os mesmos autores, quando o processo de envelhecimento traz consigo limitações físicas ou cognitivas, a pessoa idosa com deficiência passa a enfrentar uma dupla vulnerabilidade: ela é segregada tanto pela idade

quanto pela percepção de que seu corpo é improdutivo. Ambos os fenômenos, ao associarem o envelhecimento e a deficiência à fragilidade e à dependência, tornam-se fatores determinantes para a exclusão social e para o desenvolvimento de quadros de vulnerabilidade psíquica, como a depressão.

Essa percepção de improdutividade reflete o paradoxo do sistema capitalista, no qual a velhice, outrora símbolo de sabedoria e prestígio social, passa a ser segregada por uma estrutura que valoriza apenas a funcionalidade e o potencial de consumo do indivíduo. Ao priorizar a produtividade em detrimento da dignidade humana, a organização social atual acentua a vulnerabilidade psíquica do idoso, reduzindo a deficiência a um mero obstáculo econômico, como consequência, a invisibilidade imposta a esses indivíduos não apenas os segrega, mas atua como um potencializador para diversas formas de sofrimento, como a depressão (PAULA, 2016).

Historicamente conhecida como "melancolia", a condição que hoje chamamos de "depressão" só adquiriu esse sentido técnico recentemente. Foi a psiquiatria do século XIX que reconfigurou o termo, criando uma nova categoria de sofrimento psíquico que substituiu gradativamente a melancolia e ganhou destaque absoluto no final do século XX (CASTRO, 2021). Em sua quinta edição, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), classifica a depressão como uma doença específica, distinguindo-a de sintomas isolados presentes em outras patologias. Denominada "transtorno depressivo maior", a condição exige o preenchimento de critérios rigorosos para a sua identificação (NOGUEIRA, 2020).

Frente ao exposto, a depressão em idosos configura-se como um transtorno frequentemente subdiagnosticado, o que negligencia a urgência de intervenções terapêuticas voltadas

à promoção da qualidade de vida dessa população. Tal patologia pode ser desencadeada por limitações cotidianas, comorbidades físicas e comprometimento cognitivo, fatores que retroalimentam o sofrimento psíquico. Nesse panorama, o transtorno de humor nessa faixa etária torna-se um agravante crítico, elevando substancialmente os riscos de hospitalização e as taxas de suicídio (AVASTHI; GROVER, 2018).

A gravidade de tais desfechos clínicos reflete a complexidade da depressão, que se configura como um transtorno do humor com repercussões em múltiplas esferas da existência. Muito além de uma tristeza persistente, essa condição altera a percepção, o pensamento e a interação do indivíduo com o meio social, impondo prejuízos severos ao seu funcionamento biopsicossocial, emocional e espiritual. Tal desequilíbrio compromete a subjetividade do sujeito e acarreta consequências crônicas que incluem o declínio acentuado da qualidade de vida e a maior vulnerabilidade ao desenvolvimento de outras patologias somáticas (JOFFRES *et al.*, 2013).

Considerando esse cenário, surge o seguinte questionamento: de que maneira a intersecção entre a exclusão social, o capacitismo e o etarismo contribui para o agravamento de quadros depressivos em pessoas idosas com deficiência? Com base nisso, o artigo justifica-se pela necessidade de compreender como a discriminação geracional e a estigmatização da diferença funcional afetam a saúde mental na velhice. Nesse contexto, este artigo teve como objetivo compreender como a interlocução entre o capacitismo, o idadismo e os processos de exclusão social contribui para o desenvolvimento e o agravamento da depressão em pessoas idosas com deficiência, analisando também os impactos da exclusão do mercado de trabalho e da desvalorização social sobre a saúde mental dessa população.

MÉTODO

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, realizada de modo exploratório e descritivo, com o objetivo de analisar a produção científica acerca da relação entre idadismo, capacitismo, exclusão social e depressão em pessoas idosas com deficiência.

A revisão integrativa possibilita a síntese e articulação de resultados provenientes de diferentes delineamentos metodológicos, permitindo uma compreensão ampliada do fenômeno investigado e a identificação de categorias analíticas relevantes (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir da organização e análise de materiais já publicados, especialmente livros e artigos científicos, viabilizando o acesso a produções de diferentes contextos históricos e geográficos sem a necessidade de investigação empírica direta.

Optou-se por esse delineamento metodológico por permitir a sistematização da literatura existente sobre o tema, favorecendo a análise crítica das produções e a integração dos principais achados. Foram incluídos na pesquisa artigos científicos completos, disponíveis na íntegra, publicados entre os anos de 2013 e 2025, redigidos em língua portuguesa ou inglesa e indexados nas bases Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), SciELO e Portal de Periódicos CAPES.

Como critérios de inclusão foram utilizados estudos que abordassem diretamente ao menos dois dos seguintes eixos temáticos: idadismo (etarismo), capacitismo, exclusão social, depressão, envelhecimento e deficiência. Também foram incluídos trabalhos empíricos, teóricos ou revisões que apresentassem relação explícita com a população idosa, especialmente idosos com deficiência, e que contribuíssem para a compreensão do fenômeno investigado.

A delimitação temporal entre 2013 e 2025 justifica-se pela necessidade de contemplar produções científicas contemporâneas, considerando que a intersecção entre envelhecimento, deficiência e sofrimento psíquico ainda constitui um campo em consolidação.

A ampliação do recorte permitiu integrar estudos de referência e assegurar densidade teórica adequada ao escopo da pesquisa. Além disso, o ano de 2013 corresponde à publicação da quinta edição do DSM-5, que atualizou critérios diagnósticos relativos aos transtornos depressivos, tornando metodologicamente pertinente a delimitação desse marco temporal para a análise da literatura. Foram excluídos estudos duplicados nas bases consultadas, trabalho cujo texto completo não estivesse disponível para leitura integral, produções que abordassem exclusivamente envelhecimento ou deficiência sem estabelecer relação com exclusão social ou sofrimento psíquico, estudos que não contemplassem a população idosa como foco relevante e não apresentassem contribuição direta para os objetivos da pesquisa.

A busca do material foi realizada no período de 25 de novembro de 2025 a 24 de fevereiro de 2026, nas bases Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), SciELO e Portal de Periódicos CAPES. Foram utilizados os seguintes descritores e combinações booleanas: “etarismo” AND “exclusão social”; “depressão” AND “idosos”; “deficiência” AND “envelhecimento”; “capacitismo” AND “saúde mental”.

A seleção bibliográfica ocorreu em quatro etapas sequenciais: aplicação dos descritores e filtros nas bases de dados, leitura dos títulos, leitura dos resumos e, por fim, leitura integral dos textos selecionados. Ao término do processo, foram selecionados 21 artigos, que compuseram o corpus de análise. Os dados foram

organizados por aproximação temática, possibilitando a construção das categorias analíticas discutidas na seção de resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa resultou na análise de 21 artigos que abordam a relação entre idadismo, capacitismo e depressão em idosos. Os achados obtidos através da revisão bibliográfica indicam que a depressão em idosos com deficiência não é um fenômeno meramente clínico, mas o desdobramento de uma estrutura social que opera sob o viés da produtividade. Conforme apontam Constant *et al.* (2024), o idadismo e o capacitismo funcionam como ferramentas do sistema capitalista, que visa a exclusão de indivíduos considerados não produtivos. Essa dinâmica cria uma "dupla vulnerabilidade", na qual o preconceito etário se funde à desvalorização da diferença funcional.

Ferro e Renner (2025) explicitam que capacitismo é a atribuição de incapacidade para a realização de atividades cotidianas por pessoas com deficiência, consistindo em atitudes comportamentais que impedem a inserção e participação social delas, aproximando as questões dos movimentos das pessoas com deficiência a outras discriminações sociais, como o racismo, a homofobia e o sexismo. Constant *et al.* (2024) contribuem ao afirmar que essa discriminação parte da idealização de um corpo padrão, tido como plenamente capaz e funcional, alimentando a ideia de que apenas corpos considerados produtivos e funcionais, por uma lógica capitalista, são socialmente valorizados.

Gaudenzi e Ortega (2016) ao trazer implicações de Paul Hunt sobre o modelo biomédico tradicional, enfatizam como a deficiência vem como resultado de uma sociedade hostil que rejeita a diversidade humana, e não como uma característica individual. Desse modo, ao analisar

o sofrimento desse público por um viés social, as pessoas com deficiência são uma minoria cujos direitos foram historicamente negligenciados.

Sob essa ótica, do ponto de vista de perspectivas capacitistas, a deficiência é entendida como uma condição que diminui o valor da existência da pessoa. Nesse viés, articulada ao ideal neoliberal que concebe o homem como máquina, Constant *et al.* (2024) evidenciam como essa racionalidade limita a participação social, produz sentimentos de inadequação e naturaliza a exclusão de corpos considerados não produtivos em nome do lucro.

A idealização de um corpo normal ganha força, enfatizando o conceito de bipedia compulsória, ou seja, a compulsão social por um “corpo não deficiente”, através da prática da contenção de existências deficientes (CARMO, 2019 apud FORESTI *et al.*, 2024). Destarte, Ferro e Renner (2025) trazem em voga que o direito da experimentação do mundo pela corporeidade e pela relação é retirado da pessoa com deficiência por meio do capacitismo. Nesse contexto, o capacitismo se intensifica quando articulado ao idadismo, uma vez que o processo de envelhecimento por si só envolve limitações físicas e cognitivas socialmente desvalorizadas.

Assim, apesar do público idoso ser um dos que mais contribui no sustento econômico, Batista e Teixeira (2021) afirmam que o preconceito com essa população a retira do mercado de trabalho, visto que a violência no mercado de trabalho com idosos tem crescido cada vez mais devido às políticas de gestão que visam ao lucro e a redução de custos.

Junto à idade e as limitações que envolvem motricidade e deslocamento, um dos fatores que permeiam o isolamento social é a retirada da autonomia da pessoa idosa com deficiência,

principalmente ao levar em consideração o discurso da mídia ao retratar a velhice como um estado de dependência e fragilidade e pessoas com deficiência como heróis que superam desafios.

A ideia de superação dos desafios, tanto por questões desafiadoras da idade quanto da deficiência, parte do pressuposto de incapacidade, colocando essas pessoas em uma posição de frágeis, “coitadas” e vítimas, não sendo retratadas por um viés que rompe com o tradicional e que abordam uma outra perspectiva para sua posição social (CONSTANT *et al.*, 2024).

O capacitismo e o idadismo estão interligados e coexistem ao mesmo tempo, fazendo parte das relações que estruturam o mercado de trabalho e delimitam a participação social dessa parcela da população. Constant *et al.*, (2024) afirmam que enquanto o idadismo opera sob os estereótipos do envelhecimento, o capacitismo, principalmente se concentra nas deficiências, sendo um agravante quando pessoas com deficiência e idosas passam pelos dois tipos de discriminação ao mesmo tempo, enfrentando múltiplas camadas de exclusão social e invisibilidade sistêmica.

Sobre a exclusão social, Leão e Plazo (2020) afirmam que é um processo pelo qual as pessoas são impedidas de forma sistemática de participar da sociedade nos âmbitos políticos, econômicos e culturais. O idoso com deficiência se torna um alvo quando o assunto é exclusão social. O preconceito gerado pela idade e pela limitação física ou sensorial acarreta o comprometimento de sua autonomia, afetando sua saúde física e emocional.

A exclusão de pessoas idosas não se configura apenas como uma privação de direitos ou de acesso à saúde, mas, também ocorre dentro do contexto familiar e social, contribuindo para o isolamento e enfraquecendo as redes essenciais de suporte para o bem-estar. Considerando

que o envelhecimento é parte do processo de desenvolvimento humano, torna-se pejorativo caracterizar esse idoso como incapaz, somente por possuir novas limitações. Além disso, Oliveira e Gonçalves (2020) afirmam que a institucionalização que é naturalizada e direcionada à população idosa pode intensificar sentimentos de solidão e perda emocional, destacando a importância do fortalecimento das redes familiares e sociais como estratégia de proteção.

Cruz *et al.* (2024) reiteram que ser alvo de exclusão e etarismo gera intenso sofrimento psíquico, impactando a autoestima, identidade, relações interpessoais e o sentido de pertencimento do idoso. Privados do reconhecimento social, os idosos com deficiência podem desenvolver quadros de depressão, ansiedade e isolamento extremo.

Sob essa perspectiva, de acordo com Constant *et al.* (2024), as pessoas com deficiência são vistas como menos competentes ou incapazes de administrar suas próprias vidas, onde a perda da autonomia se torna mais um agravante para sintomas depressivos. Desse modo, tanto o capacitismo quanto o idadismo desempenham um papel fundamental na marginalização de indivíduos no mercado de trabalho, principalmente quando ambos coexistem, intensificando os desafios enfrentados pelas pessoas afetadas. Dessa forma, compreende-se que, tanto o idadismo quanto o capacitismo funcionam como ferramentas a serviço da lógica capitalista, voltada para a exclusão social, produtividade e para a exploração da força de trabalho.

Ademais, a imagem da pessoa idosa associada ao adoecimento e a incapacidade de produzir, favorece a desvalorização dessa população no mercado de trabalho tornando-a mais suscetível a sofrer violências e discriminações, como explicitado por Passos e Ferreira (2024). Sobre a violência contra a pessoa idosa, Batista e Tei-

xeira (2021) contribuem ao expor que essa realidade tem se tornado uma tendência mundial, à medida que atinge um em cada seis indivíduos de 60 anos ou mais. Esses fatores colaboram para o isolamento social dessa parcela da população, agravando os riscos de aumento da mortalidade, redução do bem-estar, problemas de saúde física e cognitiva, maiores chances de desenvolver doenças cardiovasculares, e principalmente depressão e ansiedade (BEZERRA *et al.*, 2021).

A perda da capacidade funcional plena e o declínio da saúde decorrentes do processo de envelhecimento aproximam a relação entre idade avançada e a presença de depressão em pessoas idosas (DUQUE *et al.*, 2022). A depressão, por sua vez, é caracterizada por baixos níveis de atividade e reduzido estado motivacional, o que contribui para déficits de mobilidade, pior desempenho físico e maior sedentarismo (ARAÚJO *et al.*, 2017). Nesse sentido, o aumento dos níveis de dependência e a consequente perda de autonomia tornam-se fatores importantes na manifestação de sintomas depressivos, especialmente quando o idoso passa a necessitar de cuidados de terceiros para realizar atividades cotidianas. Nesses casos, a dependência funcional aumenta sua vulnerabilidade e compromete significativamente sua qualidade de vida (DUQUE *et al.*, 2022).

A redução da autonomia e as dificuldades nas atividades básicas intensificam sentimentos de dependência e favorecem o sofrimento psíquico. Desse modo, Duque *et al.* (2022) alegam que, mesmo que o suporte familiar possa atuar como fator protetivo, as condições socioeconômicas frequentemente fragilizam os mesmos como rede de apoio. Assim, o declínio funcional articulado a apoios insuficientes contribui para a piora da qualidade de vida e a intensificação de sintomas depressivos na velhice.

Araújo *et al.* (2017) afirmam que a autonomia da pessoa idosa e a execução de suas atividades mais complexas é influenciada por determinantes biológicos e sociais, como gênero, atribuição de papéis sociais, idade, variáveis socioeconômicas e grau de instrução. Nesse sentido, a população idosa com deficiência ainda intersecciona com suas dificuldades funcionais, apontados como domínios determinantes da qualidade de vida. Marques *et al.* (2019) acrescentam que essas condições contribuem para uma baixa correlação positiva no desenvolvimento das atividades diárias, principalmente as avançadas, evidenciando fatores de risco para essa população. Ademais, quanto mais independentes os idosos são na realização dessas atividades, maior é sua qualidade de vida.

Outro fator que impacta a saúde mental da pessoa idosa com deficiência, ainda relacionado à autonomia, é o trabalho, que constitui uma importante forma de construção do papel social e de participação ativa na sociedade. O trabalho contribui para o desenvolvimento pessoal e para o reconhecimento social, de modo que a aposentadoria pode influenciar na satisfação com a vida (DUQUE *et al.*, 2022).

No contexto da sociedade capitalista, essa parcela da população frequentemente é excluída do mercado de trabalho em função da lógica de exploração e expropriação voltada à maximização do lucro. Nesse sentido, Paula (2016), em sua análise crítica sobre o envelhecimento na sociedade capitalista, ressalta que a sabedoria e a experiência dos mais velhos tendem a perder valor, uma vez que o reconhecimento do conhecimento é substituído pela valorização da produtividade econômica, medida pelo “quantum” relacionado à produção pelas forças econômicas.

A aplicação da Análise Crítica do Discurso (ACD), fundamentada em Teun van Dijk, per-

mite compreender como a exclusão é legitimada socialmente. Constant *et al.* (2024) explicam que o discurso não apenas comunica, mas exerce controle sobre a cognição social. No mercado de trabalho e nas representações midiáticas, o idoso com deficiência é frequentemente retratado através de uma “lente caridosa” ou como um herói que supera desafios improváveis. Ambas as visões, no entanto, partem do pressuposto da incapacidade, reforçando o estigma de que essas pessoas são naturalmente menos competentes para gerir suas próprias vidas.

A correlação entre esses fatores excludentes e as formas de opressão do sistema capitalista, articuladas à lógica neoliberal, contribui para o aumento dos casos de depressão nessa população e, conseqüentemente, para o crescimento das taxas de suicídio — que, entre idosos, é duas vezes maior do que em outras faixas etárias (PAULA, 2016). A lógica produtivista, ao desvalorizar aqueles que já não correspondem às exigências de rendimento e eficiência, gera sentimentos de inutilidade e desesperança, favorecendo o adoecimento psíquico.

Nesse cenário, a modernização e o individualismo intensificam a anomia social, produzindo o que Durkheim (2000, p. 506 apud PAULA, 2016) descreveu como “uma alarmante miséria moral”. Assim, a pressão por produtividade e a perda do papel social atribuído ao idoso, que é visto como velho e incapaz se articulam, agravando sua vulnerabilidade emocional e ampliando o risco de suicídio.

Além das barreiras externas, os resultados mostram que o contexto familiar desempenha um papel crucial na manutenção da depressão. Santos e Andrade (2024) introduzem o conceito de “abandono afetivo inverso”, onde a negligência emocional por parte dos filhos gera uma fragilidade profunda. O idoso pode estar fisicamente presente em uma família ou instituição,

mas, conforme descreve Cavalcante *et al.* (2015), ele experimenta uma "solidão subjetiva". Essa sensação de estar sozinho e ser indesejado independentemente da presença física de outros é uma das dimensões mais dolorosas da depressão na velhice.

Marques *et al.* (2019) e Paula (2016) concordam ao afirmar que o fortalecimento das redes familiares, o suporte psicológico e a resiliência através da religiosidade ou de novos vínculos sociais são estratégias de proteção vitais. Para combater a depressão em idosos com deficiência, é necessário desconstruir o discurso neoliberal de produtividade e resgatar o valor intrínseco da vida humana em todas as suas fases e condições.

A discussão sobre a autonomia é central para entender o agravamento dos sintomas depressivos. Araújo *et al.* (2017) e Duque *et al.* (2022) concordam que a perda da capacidade de realizar atividades básicas e avançadas gera um sentimento de dependência que é estressor. Quando a sociedade retira a autonomia do idoso por meio de leis e atitudes capacitistas, ela acelera o seu declínio mental.

Por fim, a discussão aponta para a insuficiência das políticas públicas atuais. Marques *et al.* (2019) destacam que faltam programas que promovam a autonomia e a inclusão geracional de forma efetiva. Constant *et al.* (2024) concluem que é indispensável que as organizações implementem políticas que não apenas proíbam a discriminação, mas que valorizem a diversidade como parte da natureza humana.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que a depressão na velhice, especialmente entre pessoas idosas com deficiência, não pode ser reduzida a uma condição estritamente clínica ou individual.

Embora o modelo biomédico, como o apresentado no DSM-5, estabeleça critérios diagnósticos fundamentais para a identificação do transtorno depressivo maior, a experiência do sofrimento psíquico na velhice revela-se profundamente atravessada por determinantes sociais, culturais, econômicos e relacionais.

Evidenciou-se que fatores como declínio funcional, perdas afetivas, isolamento social, fragilidade das redes de apoio e condições socioeconômicas desfavoráveis constituem elementos centrais na intensificação da vulnerabilidade emocional da pessoa idosa. Além disso, o estudo destacou que o etarismo e o capacitismo operam como mecanismos estruturais de exclusão, produzindo uma dupla vulnerabilidade que compromete a autonomia, a participação social e o reconhecimento da dignidade dessa população. Esses processos não apenas limitam oportunidades de inserção social e profissional, mas também reforçam sentimentos de inutilidade, invisibilidade e desamparo, contribuindo para o agravamento de quadros depressivos e para o aumento do risco de comportamentos autodestrutivos.

Dessa forma, a intersecção entre envelhecimento, deficiência e lógica produtivista evidencia ainda como a organização social contemporânea, orientada pela valorização da produtividade e da funcionalidade, tende a marginalizar corpos considerados não produtivos. Tal dinâmica intensifica processos de exclusão e favorece o adoecimento psíquico, corroborando reflexões sociológicas clássicas sobre os efeitos da desintegração social e da perda de pertencimento, como discutido por Émile Durkheim. Nesse contexto, a depressão emerge não apenas como um fenômeno individual, mas como expressão de desigualdades estruturais e de rupturas dos vínculos sociais.

Ainda nesse contexto, a depressão em pessoas idosas com deficiência deve ser compreendida como um fenômeno multifatorial, que envolve não apenas aspectos biológicos, mas também condições sociais, econômicas e relacionais. Além disso, a exclusão social e a dependência nas atividades diárias provocam rupturas na rotina, na autoestima e na percepção de si. Esse processo pode ser entendido como um luto contínuo, marcado pelo afastamento de relações e atividades significativas, pela perda do

papel social ativo e por sentimentos de desmotivação. Essa dinâmica restringe sua participação social, reforça a invisibilidade e intensifica processos de desvalorização e adoecimento psíquico.

Por fim, a pesquisa contribui com a literatura ao evidenciar que fatores como baixa autonomia, vulnerabilidade socioeconômica, fragilidade dos vínculos afetivos e limitada participação social aumentam o risco de sofrimento psíquico, exigindo uma análise ampliada e contextualizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, G. K. N. *et al.* Capacidade funcional e depressão em idosos. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, Recife, v. 11, n. 10, p. 3778–3786, 2017. DOI: 10.5205/1981-8963-v11i10a22627p3778-3786-2017.
- AVASTHI, A.; GROVER, S. Diretrizes de Prática Clínica para o Gerenciamento da Depressão em Idosos. *Indian Journal of Psychiatry*, v. 3, n. e201860. DOI: 10.4103/0019-5545.224474.
- BATISTA, R. L.; TEIXEIRA, K. M. D. O cenário do mercado de trabalho para idosos e a violência sofrida. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 6, p. e210022, 2021. DOI: 10.1590/1981-22562020024.210022.
- BEZERRA, P. A. *et al.* Envelhecimento e isolamento social: uma revisão integrativa. *Acta Paulista De Enfermagem*, v. 34, eAPE02661, mar. 2021. DOI: 10.37689/acta-ape/2021AR02661.
- CASTRO, F. C. L. *Fenomenologia da depressão: aspectos constitutivos da vivência depressiva*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2021.
- CONSTANT, C. *et al.* Interfaces entre idadismo e capacitismo na lógica excludente do capital no mercado de trabalho brasileiro. *Derecho y Cambio Social*, n. 78, p. 1–15, 2024. DOI: 10.54899/dcs.v21i78.35.
- CRUZ, L. B. V. *et al.* Depressão na terceira idade: impactos, diagnóstico e abordagens terapêuticas. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 8, p. 2275–2282, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n8p2275-2282.
- CAVALCANTE, A. C. S. *et al.* A clínica do idoso em situação de vulnerabilidade e risco de suicídio. *Trivium [online]*, v. 7, n. 1, p. 74–87, 2015. DOI: 10.18370/2176-4891.2015v1p74.
- DUQUE, A. *et al.* Sintomas depressivos em idosos: análise da relação entre capacidade funcional e vulnerabilidade. *Revista Saúde & Ciência*, v. 11, n. 1, 2022. DOI: 10.35572/rsc.v11i1.471.
- FORESTI, T. *et al.* O conceito de capacitismo em artigos nacionais: um estudo teórico. *Revista Psicologia Política [online]*, v. 24, e23909, 2024. DOI: 10.5935/2175-1390.v24e23909.
- FERRO, B. H.; RENNER, J. S. O capacitismo como barreira à vivência da corporeidade de pessoas com deficiência física. *Serviço Social & Sociedade*, v. 148, n. 1, p. e–6628443, 2025. DOI: 10.1590/0101-6628.443.
- GAUDENZI, P.; ORTEGA, F. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3061–3070, out. 2016. DOI: 10.1590/1413-812320152110.16642016.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pirâmide etária. IBGE Educa, [s.d.]. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html>. Acesso em: 04/06/2026.
- JOFFRES, M. *et al.* Recommendations on screening for depression in adults. *CMAJ*, v. 185, n. 9, p. 775–782, 11 jun. 2013. DOI: 10.1503/cmaj.130403.
- MARQUES, M. A. N. *et al.* Fatores de proteção e risco na funcionalidade em adultos e idosos com deficiência. *Contextos Clínicos*, v. 12, n. 3, p. 1028–1052, dez. 2019. DOI: 10.4013/ctc.2019.123.15.
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão Integrativa: Método de pesquisa para incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enfermagem*, v.17, n. 4, p. 758-764, dez. 2008.
- OLIVEIRA, L.; GONÇALVES, J. R. Depressão em idosos institucionalizados: revisão de literatura. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 3, n. 6, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3890626.
- LEÃO, A. P.; PLAZO, I. O. A exclusão social do idoso na contemporaneidade brasileira. *Trabalho (Graduação em Serviço Social)* – Faculdade Raimundo Marinho, Maceió, 26 f., 2020.

NOGUEIRA, R. P. A depressão como o mal do século XXI: origens da noção de mal e sua atualidade nas políticas globais de saúde e de regulação de medicamentos. In: MAGALHÃES, L. C. G.; PINHEIRO, M. M. S. Instituições e desenvolvimento no Brasil: diagnósticos e uma agenda de pesquisas para as políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, p. 221-234, 2020

PAZOS, P. F. B.; FERREIRA, A. P. Pessoa idosa, mercado de trabalho, idadismo e a saúde do trabalhador: revisão de escopo. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 27, p. e240004, 2024. DOI: 10.1590/1981-22562024027.240004.pt.

PAULA, M. F. Os idosos do nosso tempo e a impossibilidade da sabedoria no capitalismo atual. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 126, p. 262–280, 2016. DOI: 10.1590/0101-6628.068.

SANTOS, K. R.; ANDRADE, T. B. Abandono afetivo inverso. *Revista Ilustração*, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 131–150, 2024. DOI: 10.46550/ilustracao.v5i10.410.